

A CASA ONDE NASCEU BOCAGE E OUTRAS VERDADES QUE NÃO PEGAM

Adelto Gonçalves

Universidade Santa Cecília (Unisantia)/Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte)-Brasil
adelto@unisanta.br

I

Há verdades que não pegam. Ou porque contrariam interesses ou porque vão contra a história oficial. Ou ainda porque insistem em tirar as pessoas da letargia e do comodismo, sugerindo-lhes que deixem de aceitar como verdadeiro aquilo que até ontem lhes parecia definitivo. Na história comum de Portugal e Brasil, há várias verdades que, até hoje, não são aceitas. Como é trabalhoso confirmá-las nos papéis velhos dos arquivos e bibliotecas, muitos estudiosos preferem continuar a repetir as patacoadas que leram em livros impressos do século XIX, eximindo-se da responsabilidade numa nota de rodapé. É mais fácil.

Uma dessas verdades que não pegam é a informação de que, em novembro de 1807, com a família real rumo ao Brasil não viajaram 8.500 nem 10, 12, 15 ou 20 mil pessoas, como ainda se lê em livros que já foram publicados no século XXI. Essa é uma deslavada mentira histórica. Quem se deu ao trabalho de consultar os registros de entrada de naus a essa época no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro descobriu que a conta não chega a 500 (Cavalcanti, 2004: 96-97).

Levando-se em consideração a população de Lisboa em 1807, o prazo mínimo que o governo teve para se decidir pela retirada da família real, diante da iminente chegada das tropas invasoras do general francês Junot, e que a decisão foi mantida sob segredo de Estado, é mais aceitável concluir que apenas aqueles ministros e funcionários imprescindíveis para fazer movimentar os negócios do governo tiveram de acompanhar o príncipe regente. E, portanto, 500 é um número mais executável.

No Brasil, comemora-se a Independência a 7 de setembro porque, nesse dia, em 1822, o príncipe dom Pedro, num gesto teatral, depois de se desafogar no mató de cólicas intestinais que o atormentavam, declarou a ruptura dos laços com Portugal. A rigor, porém, a separação ocorreu três meses antes, a 3 de junho, quando houve no Rio de Janeiro a convocação da Assembléia Constituinte em oposição às Cortes de Lisboa. Foi nesse dia que os brasileiros disseram aos portugueses que, a continuar daquele jeito, seria melhor que nos separássemos. Na realidade, o Sete de Setembro não teve à época a importância que lhe é atribuída pela História e pela historiografia da Independência (Leite, 2000: 307). E quem for atrás de seu registro nos jornais da época nada vai encontrar.

É que a instalação da Assembléia Constituinte foi um ato que escapou ao controle do príncipe regente. E, para o despotismo que vigorou no Brasil depois da separação, sempre foi muito mais interessante mostrar à população que a independência havia sido resultado de um ato de vontade do príncipe. Já antes disso, o episódio do Fico, a 9 de janeiro de 1822, ao contrário do que diz a história oficial, também não foi unanimidade. Se dom Pedro optasse por voltar para Portugal, havia muitos mazombos (indivíduos de ascendência portuguesa nascidos no Brasil à época colonial) que estavam pouco ligando. Sem o príncipe, entendiam que seria mais fácil livrar-se do despotismo monárquico (Leite, 2000: 307).

E o que dizer da chamada inconfidência mineira de 1789, tão celebrada pelos republicanos do século XIX? Quem foi aos arquivos já descobriu que a conspiração não passou de uma jogada das altas finanças. Em outras palavras: foi urdida por um financista contrariado, Joaquim Silvério dos Reis, que, de olho em seus negócios e diante da hesitação de seus companheiros, preferiu pular para o outro lado, salvando a pele e seus negócios (Gonçalves, 1999: 240). O vice-rei, dom Luís de Vasconcelos e

Sousa, sempre desconfiou de que havia sido ele a “origem dos horrorosos projetos” de que se fizera denunciante (Gonçalves, 1999: 240-241).

Sem contar que, por trás dos conciliábulos, o que estava mesmo em jogo era a iminência de a Coroa portuguesa cobrar grossas dívidas de seus antigos “sócios”, os arrematantes de contratos de entradas de mercadorias na capitania de Minas Gerais. Estes financistas, precursores dos atuais predadores do erário público brasileiro, construíram fortunas sob à sombra generosa do Estado, ao arrecadar impostos em nome da Coroa. Atuavam como os banqueiros de hoje, organizando o sistema de arrecadação. É claro que sempre colocavam mais na própria algibeira do que nos cofres régios. Por isso, tornaram-se “grossos devedores” (Gonçalves, 1999: 243).

Só puderam fazer isso porque, naturalmente, contaram com a conivência dos governadores que Portugal mandava, apesar do “escândalo extraordinário” que era aquela situação – para se usar uma expressão que consta de um códice do Arquivo Público Mineiro (Gonçalves, 1999: 103). Quer dizer: quem podia roubar o erário. Ainda hoje é assim no Brasil. O Estado serve para financiar partidos, campanhas políticas e, obviamente, dar boa vida a muita gente que posa de “pai” da pátria.

Quando pressionados a pagar o que deviam, aqueles “grossos devedores” de Minas Gerais lembraram-se de que poderiam ficar livres das dívidas. Bastava se livrar do jugo de Lisboa. Mas a quem interessa hoje, no Brasil, esta história? É melhor que todos continuem a acreditar que a derrama — a obrigação de completar o pagamento à Coroa do quinto do ouro arrecadado — foi o que motivou a conspiração. Assim, os articulistas dos jornais não perdem um bom argumento na hora de condenar a fúria tributária do governo. Além disso, a nacionalidade é feita muito mais com doce imaginário do que com verdades duras.

II

A esta altura, hão de perguntar: o que tem tudo isto a ver com a verdadeira casa onde nasceu o poeta Manuel Maria de Barbosa du Bocage (1765-1805)? Ora, essa história parece seguir o mesmo caminho. É mais uma verdade que não pega. Um pesquisador brasileiro vem a Portugal, fica um ano escarafunchando arquivos e publica um livro dizendo que aquela casa da Rua de Edmond Bartissol, antiga Rua de São Domingos, em Setúbal, não foi onde nasceu o poeta, mas em outra, ao Largo de Santa Maria com a antiga Rua das Canas Verdes, atual Rua Antônio Joaquim Granjo (Gonçalves, 2003: 35).

É provável que só haja alguém satisfeito com isso: o proprietário do imóvel. Afinal, fatalmente, um dia, a Câmara Municipal de Setúbal terá de arrumar dinheiro para comprar o prédio do Largo de Santa Maria e instalar lá, de maneira definitiva, a Casa de Bocage. E vender o da Rua de Edmond Bartissol, que já não há de valer muito. O ano de 2005 constituiu uma excelente oportunidade para marcar esse ato, mas parece que a verdade ainda não está bem assentada em todos os espíritos. Provavelmente, ainda serão necessários mais alguns anos para que todos se acostumem com a nova idéia. Pelo menos a informação já consta do site da Câmara Municipal de Setúbal. O que se espera é que não se aguarde pelo tricentenário da morte de Bocage...

Para afastar quaisquer dúvidas dos autarcas de Setúbal, vamos aqui rememorar alguns dados que estão espalhados pelos arquivos. O francês Antoine Gil du Bocage, nascido em Cherburgo, na Normandia, em 1658, não era irmão de Ficquet du Bocage, casado com Marie Ann Lapage, autora de “A Columbiada”, como se lê em livros antigos. Pois, se Ficquet nasceu em 1700, seria difícil que fossem irmãos com uma diferença de 42 anos (Gonçalves, 2002: 22).

Gil du Bocage foi casado em França e deixou uma filha. Viúvo, passou para a Coroa portuguesa por volta de 1698. Em 1704, recebeu uma tença de dom João V. Em 1711, defendeu o Rio de Janeiro do ataque do pirata francês Duguay-Trouin. Em 1719, passou a coronel-do-mar (vice-almirante) e recebeu tença por bravura demonstrada em 1711 no Rio de Janeiro e, em 1718, contra os turcos no Cabo de Matapã, no Mediterrâneo. Aos 60 anos, em 1720, vivia na Rua das Flores em Lisboa e casou-se com Clara Francisca Joaquina Xavier Lustoff, de 20 anos, filha de Leonardo Lustoff, comerciante, representante dos interesses batavos em Setúbal, que fora cônsul da Holanda (Gonçalves, 2003: 17-34).

Esse Lustoff foi quem comprou uma casa no Largo de Santa Maria com a Rua das Canas Verdes, em Setúbal, em 1692. E foi lá que nasceu o poeta. Casado com Francisca Rodrigues, Lustoff foi morar nessa casa. Viúvo, Lustoff casou-se com Luíza Vanzeller, mãe de Clara Francisca. Nesta casa, nasceu

Clara Francisca. O velho Bocage e Clara Francisca tiveram duas filhas: Antonia Inácia e Mariana Joaquina, a mãe de Bocage. O velho homem do mar morreu em 1727. E Clara Francisca nunca mais casou, voltando a morar em Setúbal.

Com a morte de Bocage, Clara Francisca fechou as janelas da casa da Rua das Flores, em Lisboa, e voltou para Setúbal com as meninas. Antonia Inácia casou com um primo, Leonardo Lustoff. E Mariana Joaquina com José Luís Soares de Barbosa, quando já estava com 33 anos. Era mais velha que o marido três anos. A família morava ao Largo de Santa Maria com a Rua das Canas Verdes, ao lado da igreja de Santa Maria da Graça, mas Mariana Joaquina casou na igreja de São Sebastião.

O pai de José Luís, Luis Barbosa Soares, era tabelião e morava ao Largo de Palhais, hoje Praça de São Bernardo, ali perto. José Luís foi para Coimbra em 1746, formando-se em 1749. Voltou em 1751 para Setúbal. Era conhecido como poeta de algumas qualidades. Foi aprovado para o Desembargo do Paço e nomeado juiz de fora para Castanheira e Povos. Pediu dinheiro emprestado ao seu vizinho Antonio Coelho de Carvalho e nunca pagou. Os papéis, infelizmente, guardam estas inconveniências.

Castanheira e Povos haviam sido arrasadas pelo terremoto de 1755 e talvez não fossem um lugar muito agradável. Quem sabe, isso tenha levado José Luís a desempenhar o cargo com irresponsabilidade, pois ficava mais tempo em Setúbal. Ao casar em 6/6/1758, José Luís foi morar na casa da sogra ao Largo de Santa Maria com Rua das Canas Verdes. Ficou como juiz de fora de Castanheira até 4/9/1760. Mas foi em Setúbal que nasceram Maria Agostinha, em 1759, Ana Mercês, em 1760, Gil Francisco, em 1762, e Manuel Maria em 1765. Nesse ano, ele foi nomeado ouvidor em Beja (Gonçalves, 2003: 35-57).

Na verdade, tudo não passou de uma farsa montada por Manuel Maria Portela, um poeta de versos de duvidosa qualidade. Todos os filhos de José Luís nasceram ao Largo de Santa Maria, exceto Maria Eugênia, que nasceu em 1768 em Beja e morreu em tenra idade. A farsa está desmascarada nos papéis de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897) que estão no Arquivo Distrital de Setúbal. Em 1864, Portela deixou-se convencer que uns arabescos descobertos no teto uma casa na Rua de São Domingos seriam de uma autoridade ligada ao Vaticano.

Dizia-se que um antepassado de Bocage teria sido representante do papa. E alguns até lembraram que um avô de Bocage trazia o sobrenome Bispo. Dizia-se que Bocage teria nascido na Rua de São Domingos, mas eram rumores sem o menor fundamento. Portela, apesar disso, tomou aquilo como verdade e concebeu a idéia de colocar uma placa na soleira da porta da casa (Gonçalves, 2003: 59-69).

III

Da documentação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo não consta o nome da família Bocage ou Barbosa como moradora na rua. Mesmo assim, Portela seguiu em frente. Uma estátua de Bocage foi erguida com subscrição da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, com a participação dos irmãos Castilhos, Antonio Feliciano, em Lisboa e José Feliciano, no Rio de Janeiro.

João Carlos de Almeida Carvalho, contemporâneo dos acontecimentos, ainda tentou argumentar que não havia nenhum documento que provasse o nascimento de Bocage na Rua de São Domingos, mas não foi ouvido. O industrial francês Edmond Bartissol, que tinha interesses em Alcácer do Sal, comprou a casa e a deu à Câmara. Em troca, teve seu nome colocado na Rua de São Domingos.

Em 17/4/1888, nova placa (a atual) foi colocada na casa. O irmão Gil Francisco e toda a família, provavelmente, nunca quiseram revelar o local onde Bocage havia nascido porque tinham de esconder um fato desabonador: o pai deles, José Luis Soares de Barbosa, havia ficado preso de 1771 a 1777 por ter sido acusado em 1769 de desviar o dinheiro da décima quando era ouvidor em Beja. E a casa do Largo de Santa Maria acabara confiscada pelo erário régio em 1800 (Gonçalves, 2003: 69).

Pouco tempo depois do nascimento de Manuel Maria, José Luís foi nomeado ouvidor em Beja. Como ouvidor, foi advertido, em 1768, pelo rei dom José por comportamento arbitrário em relação ao Senado da Câmara. Em meados de 1770, já de volta a Setúbal, foi acusado de desviar a arrecadação da décima. Em 4/10/1771, aos 43 anos de idade, teve a casa do Largo de Santa Maria seqüestrada e foi levado para a cadeia do Limoeiro, em Lisboa. Só foi solto em 1777, quando da “viradeira”. Ao que parece, nunca teve oportunidade de fazer a sua defesa.

É provável que José Luis tenha sido vítima menor de alguma intriga palaciana. Estava ligado a An-

tonio da Silva e Sousa, que era próximo de dom Pedro, irmão de dom José, e casado com dona Maria. Silva e Sousa foi condenado para o presídio das Pedras Negras, em Angola. É provável que haja sido vítima de uma vingança do marquês de Pombal contra alguma trama palaciana.

Em 1775, na cadeia, José Luís recebeu a notícia da morte de sua mulher, Mariana Joaquina. Em 1777, voltou a Setúbal e foi morar na casa seqüestrada. Só em 1794 o erário régio iria obrigá-lo a abandonar o imóvel. E apenas a 1/7/1800 a casa foi finalmente vendida em leilão (Gonçalves, 2003: 71-83).

Portanto, o que se conclui é que Manuel Maria não teve educação esmerada: com o pai na cadeia, o avô paterno Luís Barbosa Soares morto em 1774, aos 88 anos, a mãe não reunia muitas condições financeiras. Também não há evidências de que Manuel Maria tenha entrado em atrito com Gil Francisco pelo amor de Gertrudes Margarida, filha do comandante das tropas do Outão da Barra de Setúbal, brigadeiro João Homem da Cunha d'Eça. Concluiu-se isso com base no anagrama *Gertrúria*, mas essa é uma hipótese extremamente frágil. Como o irmão foi para Coimbra, pois esse era o seu direito de primogênito, Manuel Maria sentou praça como soldado no regimento de infantaria de Setúbal, em 1781 (Gonçalves, 2003: 89).

Documentação do Arquivo Histórico Militar mostra que Bocage tinha cabelos castanhos, olhos pardos e cinco pés por quatro polegadas de altura, dados que contrariam em parte o retrato que fez de si mesmo no soneto em que se diz “magro, de olhos azuis, carão moreno e meão na altura”. Seu comandante foi Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo, poeta e tradutor. Não é a todo momento que se encontra um militar culto. Naquele ano, o livro *Obras de Domingos dos Reis Quita* saiu à luz com prefácio de Pedegache. (Gonçalves, 2003: 93).

Em 2/8/1782, Manuel Maria foi transferido e nomeado guarda-marinha. Em 6/6/1784, desertou da Companhia de Guarda-Marinhas. É um mistério que tenha sido perdoado por sua deserção, mas à época era costume a Coroa perdoar crimes se em troca o réu aceitasse viajar para a Índia. Em 14/2/1786, foi nomeado guarda-marinha da Armada do Estado da Índia e, a 14/4/1786, embarcou na nau *Nossa Senhora da Vida, Santo Antonio e Madalena*, com escalas no Rio de Janeiro e na ilha de Moçambique (Gonçalves, 2003: 105-111).

IV

A nau *Vida*, como era conhecida, saiu a 14/4/1786 de Lisboa. No Rio de Janeiro, Bocage teria ficado hospedado na Rua das Violas (hoje Rua Teófilo Ottoni). A nau deixou o porto em meados de julho e a 2/9 já estava na ilha de Moçambique, onde ficou apenas três dias. O governador era Antônio Manuel de Melo e Castro, o mesmo que iria receber os inconfidentes mineiros em 1792, inclusive o poeta Tomás Antônio Gonzaga, nascido no Porto e ex-ouvidor de Vila Rica.

A 28/10/1786, Bocage chegou a Goa. Desembarcou com o governador Francisco da Cunha Meneses, que vinha de uma temporada agradável em São Paulo, em substituição a Martim Lopes, que fora acusado de promover vários assassinatos políticos. Cunha Meneses substituiria Federico Guilherme de Sousa. O pouco tempo em que Bocage cruzou com dom Federico não permite imaginar que poderia ter entrado em atrito com o ex-governador por causa de alguma mulher.

Dom Federico foi para o Norte com seu ajudante-de-ordens Manuel de Locatel e o sargento-mor Jacques Felipe de Montdegui, além da mulher deste, dona Ana. Montdegui iria para a feitoria de Surrate. Corriam rumores de que Ana Jacques Montdegui, nascida em Damão, seria amante de dom Federico. Era de uma beleza oriental, exótica, muito atraente, o que justificaria o assédio.

Na documentação da Índia do Arquivo Histórico Ultramarino, há a carta de um comerciante dizendo que, desde o começo do ano de 1787, já se achava em Surrate “o marido da celebrada Manteigui”, o que teria causado muita “expectação”. Só isso já basta para se ter uma idéia da atração que dona Ana exerceria. Talvez esse tenha sido o motivo que levou o sargento-mor Jacques a largar dona Ana, que viraria uma meretriz de luxo. No poema “A Manteigui”, Bocage descreve cenas de depravação sexual entre dona Ana e seu mordomo, um negro brutamontes. No poema não há alusão a dom Federico, mas ao “cornás marido” e ao “Jacques” (Gonçalves, 2003: 117-135).

Em 25/2/1789, Bocage foi nomeado tenente da infantaria do regimento de Damão. Dessa época é a Conspiração dos Pintos, mas Bocage passou ao largo dessa confusão. Logo em seguida, desertou e

teria ido para Macau. Não foi punido, o que é estranho porque a legislação da época era rigorosa com casos de deserção. Deve ter chegado a Macau em julho de 1789.

O desembargador Lázaro da Silva Ferreira, um sujeito malquisto em Macau, acusado de proteger contrabandistas, teria dado proteção a Bocage que, em troca, escreveu um poema em que o chama de “benfeitor”. Bocage teve também o apoio do comerciante lisboeta Joaquim Pereira de Almeida, que chegara a Macau em 1787. Almeida era sobrecarga do *Marquês de Angeja*, provável navio em que Bocage embarcou em janeiro de 1790 rumo a Lisboa (Gonçalves, 2003: 137-147).

V

William Beckford diz que, em 8/11/1787, Bocage esteve em Lisboa num encontro ao lado de dom Federico e seu ajudante-de-ordens Manuel de Locatel. Mas não há provas. O certo é que Bocage retornou em meados de 1790, antes da morte de dom José Tomás de Meneses, a 4 de setembro, pois o poeta homenageou o nobre com um poema impresso. Locatel morreu a fevereiro de 1790 no Cabo da Boa Esperança e dom Federico em agosto do mesmo ano, em Lisboa, de doença prolongada.

Bocage encontrou Lisboa transformada em centro de discussão política, com a agitação tomando conta do Botequim das Parras e do Nicola, ao Rossio. Reencontrou frei José Agostinho de Macedo, que era dado a esbórnias. Passou a acompanhá-lo por bares e lugares de má fama. Macedo até escreveu uma ode em homenagem a Bocage que publicou no *Jornal Enciclopédico*, onde começara a trabalhar ao final de 1791 (Gonçalves, 2003: 149-164).

A publicação da elegia a dom Tomás coincide com a entrada de Bocage na Academia das Belas Letras, a Nova Arcádia, sob o nome arcádico de Elmano Sadino. Era uma academia em oposição à Academia Real das Ciências de Lisboa, que, fundada pelo Duque de Lafões, era chamada de “colméia de botafogos” pelo intendente geral de Polícia, Pina Manique. Logo, Bocage começou a disputar com Macedo os elogios e ocorreu uma desavença entre ambos no Palácio da Ajuda. Macedo improvisou uma oração e Bocage, para não ficar atrás, improvisou em versos. Por isso, logo se desentenderam. Bocage brigou também com os demais árcades. E escreveu o poema em que agride o padre Domingos Caldas Barbosa, Lereno Selinuntino, um mulato brasileiro.

*Preside o neto da rainha Ginga
À corja vil, adulara, insana;
Traç sujo moço amostras de chanfana,
Em copos desiguais se esgota a pinga:*

*Vem pão, manteiga e chá, tudo à catinga;
Masca farinha a turba americana;
E o orangotango a corda à bança abana,
Com gestos e visagens de mandinga:*

*Um bando de comparsas logo acode
Do fofo conde ao novo Talaveiras;
Improvisa berrando o rouco bode:*

*Aplaudem de contínuo as frioleiras
Belmiro em ditirambo, o ex-frade em ode;
Eis aqui de Lereno as quartas-feiras*

Deu-se, então, a famosa guerra dos vates e Bocage foi expulso da Arcádia. Em 1792, ele publicou *Rimas*, ainda ao tempo em que estava na Arcádia (Gonçalves, 2003:165-178). Em 1794, Lisboa foi agitada pelo anúncio da presença do capitão italiano Vicente Lunardi que iria subir num balão aerostático. Pela primeira vez um ser humano subiria num balão. Como começou a demorar para colocar a sua geringonça nos ares, Pina Manique decidiu pressionar Lunardi. Então, ele subiu no balão e caiu no outro lado do Tejo, perto de Vendas Novas. Diante da euforia suscitada pelo acontecimento, Bocage

escreveu um elogio ao capitão. Satisfeito com a recepção obtida em Lisboa, Lunardi decidiria viver na cidade até a sua morte em 1806 (Gonçalves, 2003: 179-1195).

Surgiram, então, novas rixas entre Bocage e Macedo. As diatribes de Bocage, se abalaram os alicerces, não fecharam as portas da Nova Arcádia. Abriram-se-lhe portões mais amplos, pois Pina Manique convidou os arcades a se reunir no Castelo de São Jorge. Queria uma oposição à Academia das Ciências. Em 1794, Link, um viajante inglês, disse que Bocage vivia em extrema pobreza, depois de ter passado por diversos infortúnios por ter buscado fortuna na Índia, como Camões. Em 1794, saiu *Rimas*, em reimpressão. Muitos amores se atribuíram a Bocage nessa época, mas sem provas. Uma dessas namoradas teria morrido caolha e doida em São Gonçalo do Sapucaí, no interior de Minas Gerais, em 1868. Era filha de Antônio Bersane Leite (Gonçalves, 2003: 197-210).

VI

A filiação de Bocage à maçonaria deu-se sob o nome de Lucrécio, entre 1795 e 1797, mas não há provas disso. Sabe-se que se filiou a uma loja em que logo se desentendeu com os *irmãos* Bento Pereira do Carmo e José Joaquim Ferreira de Moura, o Doutor Macaco, que seriam deputados às Cortes em 1821 e 1823. Os versos mais fortes seriam dirigidos a Moura, figura de feições simiescas e um defeito congênito na voz que o embaraçava, segundo o testemunho de contemporâneos.

*Turba esfaimada, multidão canina,
Corja, que tem por deus ou momo, ou Baco,
Reina, e decreta nos covis de Caco
Ignorância daqui, dali rapina:*

*Colhe de alto sistema e lei divina
Imaginário jus, com que enche o saco;
Textos gagueja em vão Doutor Macaco
Por ouro, que promete alma sovina [...]*

Outro forte indício da filiação de Bocage à maçonaria é um manuscrito do general inglês Stubb, que foi governador do Porto. Seu nome aparece ao lado de vários de seus amigos. Também indício das ligações maçônicas de Bocage é a sua amizade com José Elói Ottoni, poeta nascido em Minas Gerais e primo de José Vieira Couto, médico e mineralogista, pessoa extremamente culta, formado em Filosofia, em 1778, pela Universidade de Coimbra, morador no Tijuco e suspeito de tráfico de diamantes e de envolvimento na conjuração mineira de 1789.

Em 1802, quando da prisão em Lisboa de José Joaquim Vieira Couto, irmão mais jovem de José, por ter dado abrigo a Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, Ottoni tentara interceder em favor de seu primo, mas foi dissuadido por um dos inquisidores que o teria aconselhado a esconder o parentesco. Considerado autor da apócrifa *terceira* parte de *Marília de Dirceu* e autor de *Anália de Josino*, Ottoni disputou com Bocage e Antônio Bersane Leite o primeiro lugar numa arcádia.

Antes disso, de 1797, é a epístola bocagiana intitulada “Verdades duras” que leva todo o jeito de que foi escrita sob inspiração maçônica:

*Pavorosa ilusão da eternidade,
Terror dos vivos, cárcere dos mortos;
D’almas vãs sonho vão, chamado inferno;
Sistema da política opressora,
Freio, que a mão dos déspotas, dos bonzos
Forjou para a boçal credulidade;
Dogma funesto, que o remorso arraigas
Nos ternos corações, e a paz lhe arrancas:
Dogma funesto, detestável crença,
Que envenena delícias inocentes! [...]*

*Ab! Bárbaro impostor, monstro sedento
De crimes, de ais, de lágrimas, d'estrugas,
Serena o frenesi, reprime as garras,
E a torrente de horrores, que derramas,
Para fundar o império dos tiranos,
Para deixar-lhe o feio, o duro exemplo
De oprimir seus iguais com férreo jugo. [...]*

*[...] Amar é um dever, além de um gosto,
Uma necessidade, não um crime.
Qual a impostura horrísona apregoa.
Céus não existem, não existe inferno,
O prêmio da virtude é a virtude,
É castigo do vício o próprio vício.*

Nessa epístola, Bocage chega a negar a eternidade das penas e a exprimir um conceito de Deus que não poderia receber a concordância dos zelosos guardiões da fé. O seu Deus não era o *Deus que horroriza a natureza* nem o *Deus do fanatismo ou da impostura*, era antes o *Deus que consola a Humanidade*, o *Deus da Razão*, criado pela filosofia anticatólica do século XVIII.

Tudo isto estava em contradição com a ideologia oficial, segundo a qual o homem era por natureza propenso ao mal, até mesmo porque estava marcado pelo pecado original, e, portanto, justificava a existência de uma autoridade que mantivesse a ordem e reprimisse os baixos instintos da natureza humana. Influenciado por Rousseau, Bocage entendia que os homens não eram maus por natureza e que o pecado original não passava de uma “vã ficção” (Gonçalves, 2003: 211-228).

Em razão desse texto, no dia 7 de agosto de 1797, Bocage, acusado de escrever “papéis ímpios, sediciosos e críticos”, seria detido por agentes de Pina Manique. Iria descobrir que o inferno existia.

VII

Por causa do poema “Verdades duras”, Manuel Maria foi preso a bordo de uma corveta que ia para a Bahia com o correio, depois de uma denúncia anônima. Foi para o segredo do Limoeiro. Na prisão, escreveu a José de Seabra da Silva, ministro do Reino, pedindo clemência. Ficou até 14 de novembro no Limoeiro, quando foi transferido para o Palácio dos Estaus, sede da Inquisição.

A 17 de fevereiro de 1798, foi para o Mosteiro de São Bento a fim de ser submetido a um processo de “reeducação”, ficando ali até 12 de março, indo para o Real Hospício das Necessidades, onde ficou nove meses. Saiu a 31 de dezembro de 1798 e ainda ganhou uma esmola do intendente Pina Manique. No total foram gastos 34\$150 réis com “7 ½ côvados de baetão azeitonado, nove côvados de selésia azul, um calção de meia, preto, feitiço e aviamento de um capote, casaca e véstia calção e um côvado de lemiste” e ainda sapatos, lenço, chapéu e fivelas (Gonçalves, 2003: 229-248).

Em dezembro de 1796, Gil Francisco e demais irmãos e primos opuseram embargo à penhora da morada de José Luís, alegando que a propriedade pertencia a Clara Francisca, avô materna dos declarantes. Manuel Maria não aparece na ação (Gonçalves, 2003: 249-252).

A 24 de agosto de 1799, Bocage deu entrada no hospital de São José. Morava ao Terreiro do Trigo (Gonçalves, 2003: 257). Dois meses depois, sairia à luz a segunda edição de *Rimas*, depois de uma longa discussão com os censores motivada por uma decisão insólita: Bocage resolvera retirar do livro algumas composições, o que contrariou o censor.

Em 1799, a vida melhorou para Bocage, que foi trabalhar na Oficina do Arco do Cego como tradutor e revisor de provas. Tinha um bom ordenado e, mais importante, estava sob a proteção do franciscano dom José Mariano da Conceição Veloso, que, por sua vez, tinha as costas quentes com dom Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar, a ponto de desafiar o intendente Pina Manique, dono da quinta onde funcionava a Oficina do Arco do Cego (Gonçalves, 2003: 271-290).

Em 1800, como se pode concluir pela leitura da Gazeta de Lisboa, Bocage e Gonzaga, ex-presos políticos, disputavam a preferência dos leitores. Os poemas de Bocage corriam pelo mundo subterrâneo das “idéias do século”. Bocage, porém, era agora um homem afinado com o regime. Até havia sido convidado por Pina Manique a freqüentar as academias no Palácio de São Jorge. Então, escreveu um elogio ao príncipe regente dom João. Por essa época, na tradução de *As Plantas*, de Castel, fez uma referência a Macedo pouco lisonjeira, o que provocou nova briga entre os dois (Gonçalves, 2003:290).

VIII

Ao final de 1801, Bocage foi convidado a participar de uma festa no Teatro de São Carlos pela assinatura de paz com a França. Então, Macedo escreveu uma “Sátira a Manuel Maria Barbosa du Bocage” em que partia para o ataque direto:

*Sempre, Bocage, as sátiras serviram
Para dar nome eterno e fama a um tolo [...]*

Mais adiante, dizia com todas as letras:

*[...] Nem ser pobre se opõe ao gênio, às artes;
Foram pobres Camões, Homero e Tasso,
Nem ser vadio num poeta é crime;
Nunca um poeta bom teve outro ofício.
Tu és magro, és vadio, és pobre, és feio,
E nada disto em ti reprovado é notado.
Mas posso emudecer, quando contemplo
Que queres ser um déspota em poesia? [...]
[...] Tradutor de aluguel, quem são teus zóilos?
Tu que a soldo de um frade ao mundo embutes
Rasteiras cópias de originais soberbos?
Que vulto fazes tu? Quais são teus versos?
Teus improvisos quais? Glosar três motes
Com lugares comuns de facho e setas,
Velhos arreios do menino Idílio?
Glosar e traduzir, isto é ser vate?*

Foi assim que nasceu a sátira “Pena de Talião”, resposta ao ataque desferido por Macedo:

*Sátiras prestam, sátiras se estimam
Quando nelas calúnia o fel não verte.
Quando voz de censor, não voz de zóilo
O vício nota, o mérito gradua [...]*

Foi uma lavagem de roupa suja, de ataques rasteiros de lado a lado. Disse mais Bocage:

*[...] Refalsado animal, das trenas sócio,
Depõe, não vistas de cordeiro a pele!
Da razão, da moral o tom, que arrogas,
Jamais purificou teus lábios torpes,
Torpes do lodaçal, donde zunindo
(Nuvens de insetos vis) te sobem trovas
À mente erma de idéias, nua de arte [...]*

Açulado em sua vaidade, o poeta, em nota de rodapé, lembrou os elogios que Macedo lhe fizera “sendo ainda frade franciscano” e questionou, em verso, a importância do outro:

[...] *Como há de, ó zelo, eternizar meu nome,
Se os fados permanência ao teu vedaram?* [...]

Nem mesmo às referências ao seu aspecto físico Bocage deixou de responder, devolvendo os ataques:

[...] *Pões-me de inútil, de vadio a tabca,
Tu, que vadio, errante, obeso, inútil,
As praças de Ulisséia à toa oprimas,
Ou do bom Daniel na térrea estância
Peçonhas de invectiva espremes d'alma,
Que entre negros chapéus também negreja,
E ante o caixeiro boquiaberto arrotas,
Arrotas ante o vulgo a Enciclopédia* [...]

Em resposta, Macedo, furibundo, desceu ao nível mais baixo e acusou Bocage de ter mantido relações sexuais com um “recém-vindo trasmontano frade”. Em nota de rodapé a uma “sátira que escreveu a outra que o desafeto lhe houvera feito”, ou seja, à “Pena de Talião”, Macedo disse que o religioso “era um frade de província que pretendia fazer verso, a quem Bocage comeu bastante, ensinando-lhe o que a natureza lhe não tinha dado”.

Na mesma sátira, acusou o poeta de ter recorrido muitas vezes a Teotônio Gomes de Carvalho, “homem rico que protegeu e beneficiou Bocage e a quem bem como a outros pagou com a maior ingratidão”. E de ter também pago com ingratidão “aos frades do Espírito Santo, que, por algum tempo, lhe deram casa, cama e mesa”. Como Macedo não tinha limites, aparentemente, Bocage preferiu não responder (Gonçalves, 2003: 291-307).

IX

No começo de 1802, Bocage passou a morar na Travessa de André Valente, no Bairro Alto, com a irmã Maria Francisca, que era mãe (solteira) de uma menina. O poeta aparece na documentação da época como “sem ofício”. Àquele tempo, não existia ainda a idéia de mercado e quem estava desempregado era considerado “ocioso”, “vadio” ou “licencioso”. “Sem ofício”, porém, não significava uma situação de miséria, pois, caso contrário, apareceria “pobre” ou “mendigo”. “Sem ofício”, portanto, englobava indivíduos que viviam de biscates, serviços temporários. No começo de 1802, a Oficina do Arco do Cego já não existia.

Em 1800, a casa do Largo de Santa Maria com a Rua das Canas Verdes, em Setúbal, foi, finalmente, a leilão. E Maria Francisca deve ter ficado sem abrigo, o que a teria levado a recorrer ao irmão. Em novembro de 1802, Bocage seria delatado ao Santo Ofício por uma rapariga de 14 anos, Maria Teodora Severiana Lobo, filha de Roque Ferreira Lobo, administrador do Correio e seu amigo. A denúncia não foi adiante. Até porque a Inquisição andava sem força por causa da pressão do embaixador francês.

Bocage, a essa época, freqüentava o Convento de São Vicente de Fora, “loja-mor da pedreira”, segundo a definição de Macedo. Foram os amigos de Bocage que freqüentavam a biblioteca do Convento que organizaram a fuga de Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça do Palácio dos Estaus em abril de 1805. Depois, Hipólito iria para Londres e fundaria o *Correio Braziliense*, tido hoje como o precursor da imprensa brasileira (Gonçalves, 2003: 309-330).

Foi em 1804 que Bocage começou a sentir os primeiros sintomas da doença que o levaria à morte – inflamação das carótidas (artérias que levam o sangue à cabeça). Por essa época, seria reconhecido por Filinto Elísio, de Paris, como um grande poeta. Começou, então, um movimento de louvação da Bocage – seus seguidores seriam chamados de elmanistas. Saiu o livro *Improvisos de Manuel Maria de Barbosa du Bocage na sua mui grave enfermidade*, custeado por amigos. Na doença, o poeta reconciliou-se

com antigos desafetos (Gonçalves, 2003: 331-360).

Poucos meses antes de morrer, deixou-se retratar por Henrique José da Silva. Desse retrato, o gravador florentino Giuseppe Bartolozzi fez uma gravura. Ambos ganharam dinheiro com a efígie de Bocage. Deu-se, então, a reaproximação com Macedo, que seria fatal – o frade seria acusado por Pato Moniz de ter ficado com originais de Bocage, que teriam sido destruídos. Há um poema atribuído a Bocage nos últimos instantes de vida, mas que leva o jeito de embuste. Ei-lo:

*Já Bocage não sou! ... À covã escura
Meu estro vai parar desfeito em vento...
Eu aos céus ultrajei! O meu tormento
Leve me torne sempre a terra dura.*

*Conheço agora já quão vão figura
Em prosa e verso fez meu louco intento.
Musa! ... Tivera algum merecimento,
Se um raio da razão seguisse pura!*

*Eu me arrependo; a língua quase fria
Brade em alto pregão à mocidade,
Que atrás do som fantástico corria:*

*Outro Aretino fui... A santidade
Mancheil! ... Ob! se me creste, gente ímpia,
Rasga meus versos, cre na eternidade*

A versão é pouco crível. Tão bem medido está o poema que impossível seria imaginar que tivesse saído da mente do poeta à beira da morte, ainda que Bocage fosse famoso por seus improvisos. Além disso, esse poema não consta das edições de 1805 e 1810 dos *Improvisos de Bocage*. Foi o morgado de Assentis quem disse ter anotado o poema ditado por Bocage, mas Assentis tinha a mania dos improvisos à hora da morte. Morreu aos 78 anos de idade, mas ainda com fôlego para escrever um soneto também medido em que lamentava que a morte lhe roubasse a “sensação forte do amor”.

Por isso, muitos duvidam da autenticidade desse poema em que Bocage se compara a Aretino, um poeta satírico italiano, que nasceu em Arezzo em 1492 e morreu em Veneza em 1556. O que leva a duvidar da autenticidade do soneto é a maneira como o poeta renega a sua obra. Por isso, é mais provável que esse soneto seja trabalho de algum poeta afinado com a ordem estabelecida que quisesse fazer com que a imagem de Bocage que ficasse para a posteridade fosse a de um homem religioso e arrependido de seu passado de ousadias e inconseqüências (Gonçalves, 2003: 361-375).

X

Bocage foi sepultado no dia 22 de dezembro de 1805, um domingo de chuva e frio. Seus ossos se perderam. O cemitério onde foi enterrado foi desativado em 1834. Em março de 1806, saiu o livro *Memórias sobre a vida de Manuel Maria de Barbosa du Bocage*, de Antonio Maria do Couto, repleto de erros de informação. Saíram vários folhetos com elegias ao poeta. Saiu também nova edição de *Rimas*.

Tantas homenagens nada renderam a Maria Francisca, que continuou morando na Travessa de André Valente até 1809. Depois, sem alternativa, ela foi morar com a irmã Maria Agostinha e o cunhado Vicente Paulo na Rua de Madre de Deus, junto à Praça das Flores. Maria Francisca pediu ajuda a um amigo de Bocage, Manuel José Moreira Pinto Batista, administrador da *Gazeta de Lisboa*, não só para pagar o aluguel como para mandar imprimir um livro de Bocage com poemas inéditos. Mas foi sempre enganada por falsos amigos. “Fui protegida à francesa”, disse a uma época em que os franceses já haviam invadido Portugal, saqueado o país e ido embora (Gonçalves, 2003: 377-389).

Depois da morte de Bocage, Pato Moniz e Macedo trocaram desaforos e acusações por anos a fio. Macedo teria feito desaparecer poemas e traduções de Bocage. “Pena de Talião” foi publicada n' *O In-*

investigador Português em Inglaterra. Couto a teria enviado, depois de obtê-la com o Morgado de Assentis. Maria Francisca voltou para Setúbal e morreu em 1841. Dos livros publicados, nunca recebeu um tostão. Morreu pobre. Não fez testamento porque só pobreza poderia legar (Gonçalves, 2003: 391-410).

Bibliografia

CAVALCANTI, Nireu, 2004, *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

GONÇALVES, Adelto, 2003, *Bocage: o perfil perdido*, Lisboa, Editorial Caminho.

Idem, 1999, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

LEITE, Renato Lopes, 2000, *Republicanos e Libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.